

	ANEXO	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 1 /49

# MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO PARA TRABALHOS TEMPORARIOS


	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 2 /49

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>Introdução .....</b>	<b>4</b>
<b>2.</b>	<b>Objetivo.....</b>	<b>4</b>
<b>3.</b>	<b>Terminologia .....</b>	<b>4</b>
<b>4.</b>	<b>Descrição.....</b>	<b>7</b>
<b>5.</b>	<b>Regras Gerais de Saúde e Segurança .....</b>	<b>7</b>
<b>6.</b>	<b>Disposições Gerais.....</b>	<b>8</b>
<b>7.</b>	<b>Responsabilidades .....</b>	<b>10</b>
<b>7.1</b>	<b>Sesc em Minas .....</b>	<b>10</b>
<b>7.1</b>	<b>Gestor/ Fiscal do Contrato .....</b>	<b>10</b>
<b>7.1</b>	<b>SESMT - Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho .....</b>	<b>11</b>
<b>7.1</b>	<b>Contratada .....</b>	<b>12</b>
<b>8.</b>	<b>SESMT - Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho da Contratada .....</b>	<b>13</b>
<b>9.</b>	<b>Acesso às Áreas .....</b>	<b>14</b>
<b>10.</b>	<b>Processo de Mobilização .....</b>	<b>14</b>
<b>11.</b>	<b>Documentos Legislativos - DL.....</b>	<b>15</b>
<b>12.</b>	<b>PCMSO.....</b>	<b>16</b>
<b>13.</b>	<b>Análise Preliminar de Risco – Geral (APR).....</b>	<b>17</b>
<b>14.</b>	<b>Permissão para Trabalho - PT .....</b>	<b>17</b>
<b>15.</b>	<b>Treinamento e Capacitação Profissional.....</b>	<b>18</b>
<b>16.</b>	<b>Equipamento de Proteção Coletiva – EPC.....</b>	<b>23</b>
<b>17.</b>	<b>Equipamento de Proteção Individual - EPI .....</b>	<b>24</b>
<b>17.1</b>	<b>Obrigações dos empregados.....</b>	<b>25</b>
<b>17.2</b>	<b>Obrigações da empresa contratada quanto ao EPI .....</b>	<b>26</b>
<b>18.</b>	<b>Uniforme .....</b>	<b>26</b>
<b>19.</b>	<b>Transporte do Empregado .....</b>	<b>26</b>

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 3 /49

<b>20.</b>	<b>Identificação – Liberação de Entrada.....</b>	<b>27</b>
<b>21.</b>	<b>Limites de Circulação .....</b>	<b>27</b>
<b>22.</b>	<b>Veículos de Transporte .....</b>	<b>27</b>
<b>23.</b>	<b>Serviços Fora do Horário Administrativo .....</b>	<b>28</b>
<b>24.</b>	<b>Atividades de Trabalho em Altura e Serviços em Locais Elevados</b>	<b>28</b>
<b>24.1</b>	<b>Trabalhos sobre Telhados .....</b>	<b>29</b>
<b>24.1</b>	<b>Trabalhos sobre Andaimos .....</b>	<b>30</b>
<b>25.</b>	<b>Instalações Elétricas e Equipamentos Elétricos .....</b>	<b>43</b>
<b>26.</b>	<b>Proteção Contra Risco de Incêndio .....</b>	<b>43</b>
<b>27.</b>	<b>Manutenção da Ordem, Arrumação e Limpeza .....</b>	<b>44</b>
<b>28.</b>	<b>Notificação e Interdição de Atividades e Obras .....</b>	<b>45</b>
<b>29.</b>	<b>Levantamentos Ambientais e Laudo de Insalubridade e Periculosidade .....</b>	<b>46</b>
<b>30.</b>	<b>Comunicação Visual e Sinalização de Segurança .....</b>	<b>46</b>
<b>31.</b>	<b>Acidente de Trabalho .....</b>	<b>48</b>
<b>32.</b>	<b>Atendimento, Comunicação e Análise de acidentes .....</b>	<b>48</b>
<b>33.</b>	<b>Documentos de Referência.....</b>	<b>49</b>

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 4 /49

## 1. Introdução

Este manual foi desenvolvido para informar, orientar, esclarecer e auxiliar as Empresas contratadas para trabalho temporario no cumprimento das normas e Instruções de Trabalho de Segurança e Saúde no Trabalho do Sesc em Minas.


O MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO PARA TRABALHOS TEMPORARIOS, limita-se a descrever os controles, regras, responsabilidades e restrições relativas à Segurança e Saúde no Trabalho.

## 2. Objetivo


Estabelecer diretrizes de Saúde e Segurança no trabalho a serem cumpridas pelas empresas contratadas pelo Sesc em Minas, visando à prevenção de incidente/acidente, exposições/doenças ocupacionais, danos à propriedade e ao meioambiente nas unidades do Sesc em Minas.

## 3. Terminologia


Terminologias	
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas.
Acidente do Trabalho	Acidente que ocorre no desempenho do trabalho, provocando lesão corporal, perturbação funcional ou doença que cause perda ou redução permanente, ou temporária da capacidade para o trabalho, ou a morte.
APR – Geral	É o formulário de análise preliminar de risco inicial, o qual deve ser entregue pela Empresa Contratada na etapa da mobilização I, o qual contém informações sobre as etapas das atividades, englobando descrição dos riscos e medidas de controle a serem adotadas.
Áreas de Risco	Local ou setor cujas características ou propriedades possuem potencial de probabilidade de ocorrências não programadas ou emergências.
ART	Anotação de Responsabilidade Técnica
ASO	Atestado de Saúde Ocupacional
Brigada de Emergência	Equipe de Brigadistas do SESC em Minas capacitados e orientados para atuarem em emergências relacionadas às pessoas, prestadoras, ao meio ambiente, ao patrimônio conforme cenários pré-estabelecidos no Plano de Respostas a Emergência

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 5 /49

CA	Certificado de Aprovação
CAT	Comunicação de Acidente de Trabalho
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COREN	Conselho Regional de Enfermagem
CREA	Conselho Regional de Engenharia
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DSS	Diálogo de Saúde e Segurança
Empresa Contratada	Qualquer prestador de serviço, seja pessoa “física ou jurídica” com vínculo contratual que venha prestar serviço mediante especificação e responsabilidade do Sesc em Minas.
Equipamento de Proteção Coletiva - EPC	Todo dispositivo de uso coletivo destinado a proteger a integridade física do trabalhador, conforme estabelecido na NR-06 da Portaria 3.214 de 08/06/78.
Equipamento de Proteção Individual – EPI	Considera-se Equipamento de Proteção Individual - EPI, todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho. Entende-se como Equipamento Conjugado de Proteção Individual, todo aquele composto por vários dispositivos, que o fabricante tenha associado contra um ou mais riscos que possam ocorrer simultaneamente e que sejam suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.
Espaço Confinado	Qualquer área ou ambiente não projetado para ocupação humana contínua, possui meios limitados de entrada e saída, a ventilação existente é insuficiente para remover contaminantes ou onde possa existir deficiência ou enriquecimento de oxigênio, conforme NR-33.
Fiscal de Contrato	Empregado do SESC em Minas designado pelo gestor do contrato para gerir assuntos relacionados ao cumprimento do escopo do contrato.
FISPQ	Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos.
Gestor	Gerente ou responsável pela unidade.
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
Mobilização	Etapas de avaliação e análise dos aspectos de SST da empresa contratada pelo SESC em Minas, realizada pelo SESMT com apoio das áreas envolvidas, antes e durante a execução do serviço, com o objetivo de garantir o cumprimento das normas de Saúde e Segurança do Trabalho.
MTP	Ministerio do Trabalho e Previdência

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 6 /49

NR	Norma Regulamentadora.
PAE	Plano de Atendimento a Emergência.
PCMAT	Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção Civil.
PCMSO	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.
Perigo	Fonte ou situação com potencial para provocar danos em termos de lesão, doença, dano à propriedade, dano ao meio ambiente do local de trabalho, ou uma combinação destes.
PGR	Programa Gerenciamento de Risco
PR	Plano de Resgate
PT	Permissão de Trabalho, é o formulário que deve ser preenchido como permissão formal para execução de atividades consideradas especiais, em função dos perigos e riscos que envolvem sua realização.
Quase Acidente	É um acontecimento não desejado que em circunstâncias ligeiramente diferentes, poderia causar danos às pessoas e/ou perdas a propriedade e/ou meio ambiente e/ou no processo.
Risco	Combinação da probabilidade de ocorrência e da (s) consequência (s) de um determinado evento perigoso.
Risco Grave e Iminente	Toda condição ambiental de trabalho que possa causar acidente do trabalho ou doença profissional com lesão grave à integridade física do trabalhador.
Alto Potencial de Risco	Serão classificados como ALTO POTENCIAL DE RISCO, aquelas atividades que ofereça risco grave e iminente ao executor, exemplo: Trabalho em Altura, Trabalho com Eletricidade (mesmo que desenergizada), Trabalho em Espaço Confinado, Manipulação, preparação ou armazenamento de produtos químicos agressivos, Carga e descarga de produtos inflamáveis, Manutenção submersas em piscinas (mergulho), Movimentação de cargas com uso de guindastes ou caminhão Munck e outras atividades que poderão ser classificadas in loco com o time de Segurança do Trabalho de acordo com o potencial de risco existente na atividade
SESMT	Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.
SIPAT	Semana Interna de Prevenção de Acidentes.
SPCQ	Sistemas de Proteção contra quedas.
SST	Saúde e Segurança do Trabalho.
Subcontratação	Empresa de prestação de serviços, contratada por outra que já presta serviços para o SESC em Minas, que se destina a realizar determinado e específico serviço, de acordo com as cláusulas contratuais.

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 7 /49

#### **4. Descrição**

Este manual aplica-se a toda e qualquer atividade de trabalhadores temporários que prestam serviços nas dependências do Sesc em Minas.

Este manual deve integrar todos os Editais de Concorrência, Cartas Convite, Tomadas de Preços, bem como dos Contratos de Prestação de Serviços com fornecimento ou não de materiais, máquinas ou equipamentos. Toda empresa convidada a participar dos processos de contratação pelo Sesc em Minas deve ser informada e estar de posse deste documento.


A empresa contratada deve cumprir integralmente a Portaria 3.214/78 do MTP e suas alterações subsequentes, bem como, o que preceituam as presentes instruções e todos os regulamentos relativos à Segurança e Saúde do Trabalho do vinculado ao serviço vigente da Contratante.

#### **5. Regras Gerais de Saúde e Segurança**

A Contratada deve cumprir e fazer com que seus empregados cumpram as regras gerais estabelecidas pelo Sesc em Minas.

Estas regras são diretrizes obrigatórias e inegociáveis e devem ser seguidas, não havendo qualquer tolerância quanto ao não cumprimento das mesmas. São consideradas Regras Gerais de Saúde e Segurança:

- Opere ou intervenha em equipamentos somente se autorizado;
- Mantenha sempre uma distância segura de cargas suspensas;
- Bloqueie todas as fontes de energias antes de intervir em máquinas e equipamentos;
- Mantenha as mãos distantes de equipamentos em movimentos ou com risco de agarramento;
- Entre em áreas restritas somente se estiver autorizado;

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 8 /49

- Execute somente tarefas onde os riscos estejam devidamente avaliados e controlados;
- Respeite e mantenha operante todos os dispositivos de segurança;
- Comunique todos os acidentes, quase acidentes, atos ou condições abaixo do padrão;
- Use sempre os EPI's exigidos para cada área e atividade;
- Obedeçam aos padrões, instruções, sinalizações e regras de segurança.

Estas regras são para garantir o bem-estar e integridade física de todos os empregados(próprios e terceiros) que prestam qualquer serviço no Sesc em Minas.

As Regras Gerais de Segurança e Saúde são inegociáveis e o não cumprimento destas, acarretará medidas disciplinares severas para o Empregado infrator e para a Contratada.

## **6. Disposições Gerais**


O cumprimento deste manual é obrigatório para todas as empresas contratadas que prestarem serviço nas instalações e dependências do Sesc em Minas, inclusive em obras de expansão.

A contratada deve apresentar os documentos conforme solicitada pelo Sesc em Minas.

A contratada, gestores e fiscais de contrato devem solicitar esclarecimentos necessários para o atendimento dos critérios estabelecidos por este documento durante a reunião de kick off e em caso de dúvidas contatar a área de Segurança e Saúde no Trabalho para esclarecimentos.

A contratada deve executar suas atividades de forma segura, garantindo a saúde e integridade física de seus empregados, empregados do Sesc em



	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 9 /49

Minas e seus visitantes.

O gerenciamento das atividades dos trabalhadores temporarios é de responsabilidade da contratante, não sendo permitidas improvisações ou não-conformidades que comprometam a saúde e integridade física de seus empregados ou danos ao meio ambiente e patrimônio.

Os trabalhadores temporarios devem paralisar a atividade quando identificado risco grave e iminente de acidentes de qualquer natureza.


É proibida a operação de equipamentos móveis nos locais onde exista a permanênciade quaisquer pessoas na área de operação. Para os casos em que seja indispensávelà presença de pessoas nas imediações das áreas de operação de equipamentos móveis, deve-se realizar Análise Preliminar de Riscos – APR, contemplando no mínimo: distância mínima de segurança, comunicação com o operador e/ou condutor, condições especiais para operações noturnas com uso de bastão luminoso, identificação visível à distância da presença de pessoas, regras de sinalização e movimentação.

As normas do Código Brasileiro de Trânsito e normas internas do Sesc em Minas deverão ser observadas em sua totalidade.

O uso do cinto de segurança é obrigatório para motoristas e passageiros em qualquer veículo, com lotação permitida apenas para assentos com encostos de cabeça e cintode segurança do tipo três pontos.

É proibido portar ou consumir quaisquer bebidas alcoólicas ou substâncias ilegais nasdependências do Sesc em Minas.

É de inteira responsabilidade da contratante, o monitoramento de empregados para estarem em conformidade com as exigências contratuais, da mobilização até suatotal desmobilização.

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 10 /49

## **7. Responsabilidades**

### **7.1 Sesc em Minas**

Nomear e capacitar empregados como Gestores / Fiscais de Contrato, responsáveis por acompanhar o desempenho das contratadas enquanto a serviço do Sesc em Minas.

Promover a melhoria contínua do desempenho em Segurança e Saúde no Trabalho em todos os níveis, de modo a assegurar seu avanço nessas áreas.


Auditar e intervir nos funcionários temporários quando detectar falhas graves ou risco iminente de segurança e participar das investigações de incidentes/acidentes ao seu critério.

#### **7.1 Gestor/ Fiscal do Contrato**

Assegurar a participação dos representantes dos trabalhadores temporários nas reuniões da área de Segurança do Trabalho e CIPA, quando convocados.

Inspecionar e auditar a documentação, condições físicas de saúde, segurança e meio ambiente nas instalações das contratadas, alojamentos, canteiros de obras e frentes de serviço, a fim de avaliar as condições de acomodação e trabalho, boas práticas aplicadas, não conformidades e descumprimento de Requisitos Legais, Normas e Padrões que gerem riscos de acidentes, doenças ocupacionais e/ou impactos ambientais.

A inspeção da frente de serviços tem o objetivo de apresentar um diagnóstico das condições de trabalho, levantando as não conformidades do descumprimento de Normas e Padrões que gerem riscos de acidentes e/ou doenças ocupacionais.

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 11 /49

Gerenciar e responsabilizar-se pelo cumprimento dos itens contratuais, cumprimento da legislação vigente e normas internas de Segurança e Saúde no Trabalho do Sesc em Minas.

Analisar relatórios da gestão de saúde e segurança.

Exigir da contratada o cumprimento dos itens contratuais, legais e normas internas de Saúde e Segurança no Trabalho.

Encaminhar à área de Segurança e Medicina do Trabalho, com antecedência, a documentação requerida antes da contratação, exigindo sua adequação quando necessário.

Prever no seu planejamento de trabalho o tempo necessário para que as empresas façam as adequações de sua documentação, antes de iniciar os serviços.


Notificar a contratada dando conhecimento de suas solicitações, recomendações e/ou orientações, de maneira incontestável.

### **7.1 SESMT - Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho**

O SESMT, deve promover o processo de mobilização.

Analisar e deliberar sobre os documentos solicitados emitindo relatório ao Gestor / Fiscal do contrato.

Inspecionar o local de trabalho dos trabalhadores temporários e suas atividades a fim de avaliar o cumprimento e/ou descumprimento das normas vigentes aplicáveis a atividade executada.

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 12 /49

Informar ao Fiscal do Contrato acerca dos descumprimentos das normas de segurança e saúde no Trabalho pelas empresas contratadas

Nas situações em desacordo com as regras de segurança que implicarem em risco grave e iminente, informar e orientar ao fiscal do contrato sobre o de embargo da obra e interdição dos serviços da empresa contratada.

O técnico de Segurança do Trabalho quando solicitado deve auxiliar o Fiscal do Contrato no relatório de fiscalização e serviços continuados no módulo segurança.

Realizar DSS quando julgar necessário.


Cumprir e fazer cumprir sem qualquer argumentação, todas as normas, regras e exigências deste manual e outros procedimentos internos vigentes do Sesc em Minas.

### **7.1 Contratada**

Cumprir todos os requisitos legais aplicáveis, normas internas do Sesc em Minas e outros.

Receber, enviar, comprometer, participar e colaborar com toda e qualquer inspeção e auditoria realizadas em seu processo a qualquer tempo, ficando responsável pelas correções das não conformidades e problemas identificados no prazo previsto, acordado e estipulado pelo Sesc em Minas.

Implantar as práticas de Segurança e Saúde no Trabalho nos mesmos parâmetros do Sesc em Minas.

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 13 /49


O Residente/Gerente da Contratada e/ou preposto indicado pelo mesmo deve elaborar plano de ação para correção das não conformidades e apresentar a área da Segurança e Saúde no Trabalho, no prazo máximo de 24 horas. Os itens relacionados como risco grave e iminente deverão ser corrigidos imediatamente, no ato da inspeção.

Informar imediatamente ao Fiscal do Contrato e a área de Segurança e Saúde no Trabalho do Sesc em Minas quando:

- Ocorrência de todo e qualquer acidente/incidente;
- Não conformidade com as leis, normas ou regras da operação, aplicáveis à saúde, segurança e meio ambiente;
- Notificação por não conformidade emitida por agência do governo;
- Participar das Reuniões e treinamentos para os quais forem convocadas, implantar os programas previstos, providenciar a entrega de relatórios e documentos no tempo hábil, garantir a adesão de seus funcionários aos Programas do Sesc em Minas, dentre outras.

#### **8. SESMT - Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho da Contratada**

A Contratada deve manter efetivo suficiente para o atendimento dos requisitos mínimos de segurança, dimensionando seu corpo técnico de forma que toda a atividade/frente de serviço da Contratada tenha o acompanhamento de um Técnico de Segurança do Trabalho responsável, para atividades de construção e montagem quando aplicável.

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 14 /49

## 9. Acesso às Áreas

Para acessar as dependências do Sesc em Minas, os veículos, máquinas e equipamentos, entre outros deverão ser autorizados pelo gestor.

Os veículos que apresentarem qualquer condição insegura serão impedidos de trafegare/ou trabalhar nas dependências do Sesc em Minas.

## 10. Processo de Mobilização


Após assinatura do contrato, o Fiscal do Contrato agendará a reunião kick off com a empresa contratada e com área de Segurança e Saúde no Trabalho do Sesc em Minas.

A integração/mobilização deve ser realizada antes do início das atividades e com todos os empregados da empresa contratada. O Técnico de Segurança do Trabalho irá realizar de acordo com a **IT-C-RHU-25 Segurança e Saúde do Trabalho das Empresas Contratadas**. Dependendo do tipo do serviço a ser executado, treinamentos adicionais poderão ser requeridos a critério da Contratante e/ou sempre que iniciar um novo empregado e/ou empregados de empresa subcontratada.

Os empregados que já tiverem participado da integração, durante os últimos 24 (vinte e quatro) meses, estarão dispensados da mobilização.

**NOTA:** A despesa da integração, mesmo que que esta esteja valida, não dispensa a atualização de documentos do prestador de serviço.

O trabalhador temporario só poderá iniciar as suas atividades após atender integralmente o “Processo de Mobilização”, ou seja, todos os documentos entregues e aprovados pelo Sesc em Minas.

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 15 /49

## 11. Documentos Legislativos - DL

Legislação	Descrição	Requisitos
<b>PCMSO (NR7)</b>	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional	A ser elaborado por todas as Empresas contratadas.
<b>PGR (NR01)</b>	Programa de Gerenciamento de Riscos	A ser elaborado por todas as Empresas contratadas.


**NOTA:** Todas as Empresas contratadas devem cumprir integralmente o disposto acima, vindo a entregar cópias digitalizadas dos documentos solicitados e organizados conforme o orientação do Fiscal de Contrato que irá realizar a primeira conferência e encaminhar juntamente com a documentação devidamente organizada para a área de Segurança e Saúde no Trabalho.

O documento PGR específico dos serviços a serem executados, deve ser entregue em meio eletrônico ao Fiscal de Contrato que deve encaminhar juntamente com a documentação devidamente organizada para a área de Segurança e Saúde no Trabalho, conforme o qual promoverá análise crítica destes, e caso necessário solicitará a adequação das anomalias que venham a ser identificadas e terá um prazo em até 03 (três) dias úteis para validação.

O treinamento de Integração/mobilização será agendado entre o SESMT e o Gestor/Fiscal do Contrato logo após a análise e aprovação de toda documentação da Contratada pela área da Segurança e Saúde no Trabalho.

Qualquer pendência de documentação, implicará no bloqueio da empresa e/ou do(s) empregado(es) em questão.

O fato da área de Segurança e Saúde no Trabalho não solicitar a apresentação de qualquer documento, não exime a contratada da obrigação de possuí-lo

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 16 /49

elaborado e implementado conforme a legislação vigente.

A Contratada que não entregar a documentação dentro do prazo estabelecido terá sua mobilização suspensa.

## **12.PCMSO**

Será exigido da empresa contratada, antes do início das atividades de qualquer natureza independentemente do número de empregados, o PCMSO e os Atestados de Saúde Ocupacional (ASO), inerentes à atividade que desempenharão no Sesc em Minas, de acordo com os prazos estabelecidos na NR-07 da portaria 3.214 do ME.

Os itens citados deverão ser encaminhados em meio eletrônico ao Fiscal de Contrato que irá realizar a primeira conferência e encaminhar juntamente com a documentação devidamente organizada para a área de Segurança e Saúde no Trabalho, conforme o qual promoverá análise crítica destes, e caso necessário solicitará a adequação das anomalias que venham a ser identificadas e terá um prazo de até 10 dias corridos para validação.


**NOTA:** Maiores informações disponíveis na Portaria 3.214 e NR7.

A empresa contratada deve realizar os exames médicos seguindo criteriosamente todos os itens descritos no PCMSO e e conforme Norma Regulamentadora 07 do MPT.

Os ASO's devem ser emitidos por médico do trabalho, ou naquelas regiões onde inexistente esse profissional, por médico de outra especialidade, usando formulário específico constando os riscos inerentes à função e campos para declaração de apto ou inapto para o exercício da atividade.

Os atestados de saúde ocupacional (ASO) devem conter, no mínimo, o previsto no item



	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 17 /49

7.5.19.1 da NR-07.

A empresa contratada deve manter cópia atualizada, digitalizada destes documentos junto ao Gestor/Fiscal do Contrato para que ele encaminhe a área de Segurança e Saúde no trabalho, de modo a estar disponível para monitoramento e avaliação.

Os exames complementares, quando requeridos em função das atividades a serem desenvolvidas, devem atender aos padrões estabelecidos pela legislação vigente e recomendações abaixo:

- Os empregados expostos a ruído acima de 85 dB, continuamente, devem realizar o exame de audiometria tonal e vocal, de acordo com as recomendações do PCMSO.

### **13. Análise Preliminar de Risco – Geral (APR)**


Todo trabalhador temporario deve reconhecer os perigos e os riscos envolvidos nos trabalhos a serem executados, bem como as medidas de proteção aplicáveis.

Desta forma o trabalhador temporario deve iniciar suas atividades somentes após a APR ser emitida de acordo com os riscos identificados.

Os registros da Análise Preliminar de Risco devem ser arquivados por, no mínimo, 05 (cinco) anos.

### **14. Permissão para Trabalho - PT**

Para todos os Trabalhos Alto Potencial de Risco (listados abaixo) realizados por trabalhador temporario é necessário, além da elaboração das respectivas APRs, a elaboração de uma Permissão de Trabalho (PT).

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 18 /49

A PT deve ser emitida antes do início do trabalho considerado especial e deve conter todos os pré-requisitos para a realização da atividade com segurança.


Este documento só poderá ser autorizado por empregados próprios do Sesc em Minas, treinados e autorizados. A atividade só poderá ser liberada após autorização da PT.

Após liberação da atividade, a PT deve ser levada ao conhecimento de todos os envolvidos antes do início da atividade e em seguida o Gestor/Fiscal do Contrato deve encaminhar via digitalizada à área de Segurança e Saúde do Trabalho.

Nas dependências do Sesc em Minas são considerados Trabalhos Especiais:

- Com fonte de energia de potencial (elétrica, mecânica, pneumática, química, hidráulica e energia de radiação);
- À quente de potencial;
- Trabalho em altura, não rotineiros;
- Manuseio de produtos químicos;
- Escavações;
- Içamentos;
- Espaços confinados;
- Inserção e extração de disjuntores;
- Mergulho.
- Produtos inflamáveis (descargas)

## **15. Treinamento e Capacitação Profissional**

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 19 /49

A Contratada deve seguir todos os treinamentos exigidos pela legislação vigente e apresentar o certificado de qualificação de cada trabalhador temporario (caso seja necessário) durante o processo de mobilização ou quando houver mudança de função.

O Treinamento de Integração é obrigatório a todos os trabalhadores temporarios independentemente de cargo / função ou tempo de prestação de serviços para o SESCem Minas.

De acordo com as exigências legais, os serviços que requerem qualificação / habilitação especial são:


Demolição;

Escavação;

Fundação;

Operações de máquinas e equipamentos necessários à realização das atividades de:

- Carpintaria;
- Motosserra, motopoda;
- Esmeril, lixadeiras, prensas;
- Soldagem e corte a quente;
- Operação de veículos industriais (transporte de materiais e/ou pessoas);
- Dimensionamento dos andaimes e sua estrutura de sustentação;
- Manutenção de instalações elétricas;
- Montagem e desmontagem de andaimes (balancim, andaime mecânico);
- Manutenção em piscina, com corpo submerso abaixo da linha d'água –Mergulhador;
- Manutenção de vasos de pressão e/ou caldeira;

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 20 /49

- Trabalho em altura superior a 2 metros;
- Trabalho em espaço confinado;
- MOPP – Movimentação Operacional de Produtos Perigosos.

Para atendimento aos requisitos legais, a qualificação dos trabalhadores temporarios deve ser comprovada, ou seja, os documentos a serem apresentados serão cópias digitalizadas, porém, em qualquer momento o Sesc em Minas poderá solicitar o documento original.

Para as funções e atividades mencionadas abaixo é necessário a apresentação dos seguintes documentos:

#### **a) Eletricista / Instrumentista**


- Aceitos eletricistas qualificados, habilitados e capacitados:

**Qualificado:** De acordo com o item 10.8.1 da NR-10 é considerado trabalhador temporario qualificado aquele que comprovar conclusão de curso específico na área elétrica e reconhecido pelo sistema oficial de ensino.

**Habilitado:** De acordo com o item 10.8.2 da NR-10, é considerado profissional legalmente habilitado o trabalhador temporario previamente qualificado e com registro no competente conselho de classe.

**Capacitação:** De acordo com o item 10.8.3 da NR-10, é considerado profissional legalmente habilitado o trabalhador temporario que atenda as seguintes condições simultaneamente: a) receba capacitação sob orientação e responsabilidade de profissional habilitado e autorizado; b) que trabalhe sob a responsabilidade de profissional habilitado e autorizado.

**Autorizado:** De acordo com o item 10.8.4 da NR-10, são considerados autorizados ostrabalhadores qualificados ou capacitados e os profissionais

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 21 /49

habilitados, com anuência formal da empresa. Os empregados autorizados para intervir em instalações elétricas, deve atender integralmente o subitem 10.8.8 da NR-10 no quesito treinamento:

- Cópia digitalizada do Certificado de Treinamento NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade – Básico;
- Para trabalhos em alta tensão deve ser entregue cópia digitalizada do Certificado de Treinamento NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade – Básico e cópia digitalizada do Certificado do Curso Complementar de SEP;
- Os trabalhadores temporarios deverão receber identificação de escopo (item 10.8.5 – NR10) o qual deve ser entregue juntamente a documentação obrigatória. De forma a identificar o profissional como capacitado (1), qualificado (2) ou habilitado (3).

**b) Operadores de empilhadeira/guincho/ponte rolante**


- Cópia digitalizada comprobatório do curso de habilitação específica;

**c) Operadores de máquinas, tratores e outros equipamentos**

- Cópia da C.N.H (mínima categoria C);
- Cópia da carteira de identificação conforme especificado nos itens 11.1.5 e 11.1.6 da NR11;
- Cópia de certificado de treinamento para operador de maquinas;

**d) Motoristas**

- Cópia digitalizada da C.N.H;

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 22 /49

**e) Motoristas Carga Perigosa**

- Cópia digitalizada do certificado de Curso de Direção Defensiva;
- Cópia do Certificado do Curso de Movimentação e Operação de Produtos Perigosos (MOPP);
- Cópia da C.N.H. “D” ou “E” para composição reboque

**f) Operador de Motosserra**

- Cópia do Certificado do curso de 8 horas conforme NR12 anexo V, e 31.12.20.1 da NR 31.


**g) Mergulhador**

- ASO Hiperbárico: Emitido semestralmente, devidamente atualizado e assinado por Médico com Curso de Medicina Hiperbárica - Médico Hiperbárico, responsável pelos exames adicionais e periódicos, conforme Anexos A e B da NR15 e NR07.
- Cópia digitalizada da Habilitação de Mergulhador: Curso expedido de Mergulhador Autônomo e Curso expedido de Mergulho a Ar com Equipamento Dependente, ambos ministrados por Centro da Marinha do Brasil ou em cursos profissionais realizados por entidades credenciadas pela DPC (Diretoria de Portos e Costas) para ministrar curso profissional de Mergulho.

**h) Engenheiro**

- Cópia digitalizada da carteira profissional expedida pelo CREA.

**i) Médico/Médico do Trabalho**

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 23 /49

- Cópia digitalizada da carteira profissional expedida pelo CRM

**j) Técnico de Segurança**

- Cópia da carteira de registro ou carimbo na CTPS do MTP.

**k) Técnico de Enfermagem do Trabalho/Enfermeiro do Trabalho**

- Cópia digitalizada da carteira profissional expedida pelo COREM

**l) Vigilante**

- Cópia do certificado do curso de formação de vigilante por escola reconhecida pela Polícia Federal (ou cópia da reciclagem);
- Cópia da CNV (Carteira Nacional do Vigilante) ou protocolo (validade de 60 dias);
- Cópia da CNH caso o vigilante seja condutor de veículo ou líder.


**m) Trabalho em Espaço Confinado**

- Cópia do Certificado da NR33 (16hrs, válido por 1 ano) conforme item.7.1.1 da norma regulamentadora 01 do MTP;
- ASO atestando a capacidade para a função conforme item 33.3.4.1 da norma.

**n) Trabalho em Altura**

- Cópia do Certificado da NR35 (8hrs, válido por 2 anos) conforme item 1.7.1.1 da norma regulamentadora 01 do MTP.

**16. Equipamento de Proteção Coletiva – EPC**

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 24 /49

No desenvolvimento das atividades e em suas proximidades, somado as medidas de controle possíveis, deve ser previsto e adotado prioritariamente o Equipamento de Proteção Coletiva - EPC, conforme especificações constantes, no mínimo, na NR10, NR12, NR33, NR35 e dentre outras normas aplicáveis;

É de responsabilidade da empresa contratante através em conjunto com o SESMT, promover a inspeção e verificação (via check List) dos EPI's e EPC,s antes e depois do uso, de forma a garantir que eles estejam sempre em condições ideais para uso;

A empresa contratante deve apresentar a descrição dos EPC,s;

As proteções das máquinas e equipamentos usados nas frentes de trabalho, deverão estar de acordo com o que dispõe a NR12;


Todos os EPC's com características isolantes deverão ser ensaiados periodicamente com equipamento específico para medição da isolação;

Todos os equipamentos isolantes deverão ser mantidos limpos e secos para que conservem suas características protetoras.

### **17. Equipamento de Proteção Individual - EPI**

É todo dispositivo de uso individual destinado a proteger a integridade física do trabalhador, conforme estabelecido na NR06 da Portaria 3.214 de 08/06/78. O Equipamento de Proteção Individual deve ser o último recurso utilizado pela empresa para controle de um risco, devendo antes de adotá-lo, tentar corrigir as condições não padronizadas com adoção de proteções coletivas seguras e ferramentas adequadas.



	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 25 /49

A empresa contratante, de acordo com a NR-6, deve fornecer gratuitamente aos trabalhadores temporarios os EPI's necessários, de acordo com os riscos de exposição e adequados à execução segura das atividades, bem como exigir o seu uso, substituí-los quando danificados ou extraviados e fazer a sua manutenção e higienização periódica.

Todo EPI deve possuir o C.A. - Certificado de Aprovação, emitido pelo MTE, que deve estar gravado de forma indelével em seu corpo.


### **17.1 Obrigações dos trabalhadores temporarios**

- a) Usar os Equipamentos de Proteção Individual apenas para a finalidade a que se destina;
- b) Responsabilizar-se pela sua guarda e conservação, bem como executar inspeção diária solicitando reposição do EPI quando este estiver impróprio para o uso;
- c) A não observância ao uso dos EPI's, poderá acarretar ao trabalhador a aplicação das sanções previstas no ART. 482 – C.L.T.

Com relação ao empregado infrator, quando for identificado, o fiscal do contrato deve aplicar as instruções.

Dependendo da gravidade, a área de Segurança do Trabalho poderá solicitar ao fiscal do contrato que o empregado seja transferido pela empresa contratada para um outro contrato, não sendo mais permitido sua atuação ou permanência em nenhuma unidade do Sesc em Minas.

**NOTA:** Durante a execução de qualquer tarefa, os eletricitas, mecânicos ou empregados que possam ter contato com força energizada ou mecânica (força motriz), não devem portar objetos metálicos de uso pessoal, como: relógios, pulseiras, cordões, brincos, anéis,

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 26 /49

entre outros.

### **17.1 Obrigações da empresa contratante quanto ao EPI**

- a) Adquirir o tipo adequado de EPI à atividade do empregado;
- b) Treinamento do empregado quanto ao uso correto do EPI;
- c) Tornar obrigatório o seu uso, adotando política de consequências descrita nosubitem 4.2.2, letra c, acima;
- d) Substituir os equipamentos inservíveis à finalidade a que se destinam;
- e) Proporcionar meios para a realização de testes e manutenção periódica dosEPI's.

### **18. Uniforme**

A empresa contratante deve fornecer gratuitamente o uniforme, que proporcione a identidade visual da contratante de forma visível mantendo o padrão do SESC MG.


O número para utilização e reposição, deve ser suficiente para garantir o perfeito estado de conservação e limpeza de uniformes.

Todo trabalhador temporario da Contratada deve utilizar uniformes compatíveis química, térmica e mecanicamente com as atividades a serem realizadas, além de estarem limpos e isentos de rasgos.

A Contratante não deve permitir o ingresso e permanência de seus empregados semo uniforme nas áreas do SESC em Minas.

### **19. Transporte do Empregado**

O transporte do trabalhador temporario deve ser em veículo apropriado, respeitando a limitação do mesmo de acordo com o que determina o Código

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 27 /49

de Trânsito Brasileiro (CTB). Fica expressamente proibido o transporte de trabalhador temporario na carroceria e partes externas de caminhões, caminhonetes, máquinas em geral, etc., de acordo com o que determina o Código Nacional de Trânsito Brasileiro.

## **20. Identificação – Liberação de Entrada**

Os trabalhadores temporarios das Empresas contratadas devem se apresentar na portaria de acesso Sesc em Minas com documento de identidade ou crachá (com foto, nome, data de admissão), além de utilizarem uniformes ou coletes de identificação.

## **21. Limites de Circulação**


A circulação dos trabalhadores temporarios das Empresas Contratadas, fica limitada as áreas que estas estejam atuando, sendo proibida a presença e a circulação em outras áreas, a não ser que de em acesso aos locais de trabalho e ao uso de sanitários indicados.

## **22. Veículos de Transporte**

Todos os veículos de transporte que venham a ser utilizados pela empresa contratada devem obedecer ao limite de velocidade estabelecido internamente pelo Sesc em Minas e apresentar-se em condições seguras para transporte.

A empresa contratada será responsável pela operação correta dos veículos de transporte, bem como pelo fato de que sejam dirigidos por pessoas habilitadas.

Não é permitido o transporte de materiais ou equipamentos na carroceria de caminhões com grades abaixadas;

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 28 /49

Não é permitido o transporte de trabalhadores temporarios em qualquer veículo de carga, tais como: empilhadeiras, guindaste, carroceria de caminhões, etc.

### **23. Serviços Fora do Horário Administrativo**

A realização de serviços fora do horário administrativo, feriados e finais de semana, deve ser precedida de autorização formal do fiscal de contrato e este irá comunicar previamente a área de Segurança do Trabalho para verificar a necessidade de acompanhamento e/ou orientações de segurança.

### **24. Atividades de Trabalho em Altura e Serviços em Locais Elevados**


Todo e qualquer trabalho a ser executado por trabalhadores temporarios para realizar serviço em altura, superior a 2 (dois) metros, com risco de acidente sobre área de execução da atividade, deve possuir a Permissão de Trabalho – PT.

O local deve ser sinalizado através de placas indicativas e ser feito um isolamento para prevenir acidentes com transeuntes ou pessoas que estejam trabalhando embaixo. Ex.: Cuidado - Homens trabalhando acima desta área.

É obrigatório o uso do cinto de segurança, tipo paraquedista com 2 (dois) talabartes, para trabalhos em altura superior a 2 (dois) metros.

O transporte do material para cima ou para baixo, deve ser realizado preferencialmentecom a utilização de cordas, em cestos especiais ou de forma mais adequada e segura.

Materiais e ferramentas não poderão ser deixados desordenadamente nos locais de trabalho, sobre andaimes, plataformas ou qualquer estrutura elevada, para evitar acidentes com pessoas que estejam trabalhando ou transitando sob as mesmas.

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 29 /49

Para o transporte das ferramentas, utilizar sacolas especiais ou cintos apropriados e não poderão ser transportadas em bolsos.

Todo trabalho em altura deve ser previamente autorizado pela área de Segurança e Saúde no Trabalho ou designado responsável da unidade, via abertura da Permissão de Trabalho.

Somente poderá trabalhar em altura, os trabalhadores temporarios que possuírem a "Autorização para Trabalho em Alturas". A autorização será emitida com a apresentação de atestado médico, capacitando-o para a atividade e os exames complementares definidos pelo medico do trabalho. Estão impedidas de trabalhar em alturas, pessoas com histórico de hipertensão ou epilepsia.


As edificações devem ser providas de ganchos devidamente instalados na parte interiore exterior, de forma a favorecer a ancoragem dos serviços realizados a cada 4 (quatro) metros de altura e 4 (quatro) metros de distância, de modo que os equipamentos possam ser ancorados com segurança.

Check list de inspeção dos equipamentos relacionados no Sistema de Proteção contraquedas (SPCQ).

Cabe a contratante, implementar o sistema de proteção coletiva contra quedas proposto para a realização do serviço (com apresentação da ART do responsável técnico).

#### **24.1 Trabalhos sobre Telhados**

Não é permitida a execução dos trabalhos em dias de chuva ou com as telhas molhadas.

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 30 /49

Apenas pessoas treinadas e preparadas poderão executar os trabalhos, sendo obrigatório a utilização de tábuas como passadiço e o cinto de segurança devidamente ancorado.

Nos serviços realizados sobre telhados, construídos com telhas de fibrocimento, sujeitas a ruptura, devem ser utilizadas tábuas de primeira qualidade sobre as mesmas, de forma a prevenir ruptura, tanto no local de serviço como nos de acesso.

Toda a movimentação de material sobre telhado deve ser precedida de planejamento, de forma a isolar a área do piso logo abaixo do local.


É obrigatório o uso do cinto de segurança ancorado em local seguro;

Para as edificações que não possuem os dispositivos de ancoragem instalados, a ancoragem deve ser instalada pela empresa contratada, de forma a garantir a segurança na utilização do cinto de segurança por parte dos empregados.

#### **24.1 Trabalhos sobre Andaimos**

A norma Regulamentadora (NR-18), item 18.15.2.7, exige que o dimensionamento dos andaimes, sua estrutura de sustentação e fixação, seja realizado por profissional legalmente habilitado. Acidentes com andaimes geralmente ocorrem quando a estrutura de sustentação e o local de fixação não suportam as cargas para o qual o equipamento está dimensionado.

Toda montagem de andaime, deve ser precedida de projeto elaborado por profissional legalmente habilitado, que vai especificar a maneira mais segura de montar o equipamento, bem como acompanhado da ART, expedida pelo CREA.

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 31 /49

Todos os montadores deverão ser qualificados e receber treinamento específico para o tipo de andaime em operação.

É obrigatório o uso do cinto de segurança tipo paraquedista, com duplo talabarte, que possua ganchos de abertura mínima de cinquenta milímetros e dupla trava;

As ferramentas utilizadas devem ser exclusivamente manuais e com amarração que impeça sua queda acidental;


Os trabalhadores temporarios devem portar crachá de identificação e qualificação, do qual conste data de seu último exame médico ocupacional e treinamento.

As torres de andaimes não poderão ultrapassar em altura 4 vezes a menor dimensão da base de apoio quando não estaiadas. Esta regra é muito importante para a estabilidade do andaime. O locador e/ou fornecedor deve se precaver com a entregue manual de orientação com esta regra. Quando os andaimes forem instalados próximos à rede elétrica, o Sesc em Minas deve acionar a concessionária de energia, a fim de orientar a distância e os cuidados a serem tomados.

Deve ser efetuado o isolamento físico da área em torno do andaime, a fim de evitar circulação de pessoas e/ou veículos;

Andaimes do tipo tubular deverão ser usados preferencialmente e deverão ser montados por pessoal treinado;

Andaimes suspensos, somente serão permitidos, mediante a autorização da supervisão do SESMT e com apresentação de ART, expedida pelo CREA, do profissional habilitado.

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 32 /49

Andaimes sobre rodas, só poderão ser usados em áreas com o piso plano concretado ou asfaltado, com possibilidade de livre deslocamento e não poderão exceder a altura de 5 (cinco) metros. As rodas devem ter no mínimo 15 cm de diâmetro e estarem travadas todo o tempo em que o andaime não estiver sendo deslocado;

Os andaimes com rodas não poderão ser movimentados em hipótese alguma com pessoas ou ferramentas sobre a plataforma;

Estes andaimes não devem ser utilizados como ancoragem para levantamento de equipamentos.

Os andaimes não devem ser modificados de modo que tenham suas resistências prejudicadas. Não será permitido usar andaimes de tipos diferentes.



## Andaimes



ESPECIFICAÇÕES			
ALTURA	1,0m	1,2m	1,8m
LARGURA	1,0m	1,5m	2,0m
PESO	8,0 Kg	12,0 Kg	14,0 Kg



As pontalinas são conformadas no próprio tubo, garantindo maior resistência, durabilidade e segurança.

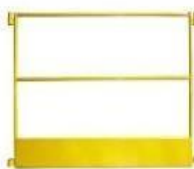


## Acessórios

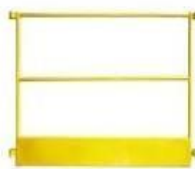
### GUARDA-CORPO



Frente



Fundo



Lateral

### TRAVAS DIAGONAIS



COMPRIM. 1,40m 2,18m 2,90m. Ative para painel de 1,0m ou 1,5m

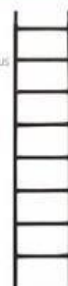
### BARRAS DE LIGAÇÃO



COMPRIM. 1m 1,5m

### ESCADAS

- 2m e 8 degraus
- 1m e 4 degraus
- 25cm entre degraus



### PLATAFORMAS



COMPRIM. 1,0m 1,5m  
LARGURA 33cm 37cm  
ALTURA 4,5cm 4,5cm

### SAPATAS



Sapata simples  
Base 3/16"

### SAPATAS




Sapata haste  
500mm encaixa

### RODÍZIO



Ferro fundido com  
revestimento P.U.

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 34 /49

Os pranchões dos andaimes (plataforma) devem ter espessura mínima de 1 polegada(3,5 cm.) e largura de 30 cm. Devem ser de madeira de primeira qualidade e sem defeitos e ocupar todo o espaço da plataforma. Esses pranchões devem ser travados por meio de batentes, colocados na face inferior.

Os pranchões de madeira utilizados não podem ser pintados.

Todas as plataformas devem ter seus lados expostos protegidos por guarda corpo.

Os Andaimes devem estar apoiados sobre pisos firmes e rígidos. Os desníveis do terreno deverão ser compensados pela utilização de parafusos ajustadores e nunca por calços improvisados.

Em pisos não rígidos, deverão ser usados pranchões sob a base do andaime a ser nivelado.


Todos os andaimes e suas partes integrantes deverão ser inspecionados antes de cada utilização.

Peças danificadas nos pontos de solda e encaixe devem ser substituídas de imediato;

A subida em andaimes deve ser realizada por escada externa ou degraus de tubo do próprio andaime.

Os andaimes deverão ser amarrados com cabos e/ou cordas a cada 3 (três) metros de altura, a partir do segundo lance.

Os andaimes devem ser contraventados (barra diagonal) a cada 3 (três) metros a partir do solo.

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 35 /49

Não deverão ser jogadas ferramentas ou peças para a plataforma do andaime ou vice-versa;

Quando usar ferramentas elétricas ou pneumáticas, amarrar os cabos ou mangueiras no próprio andaime.


Os andaimes devem ser galvanizados.

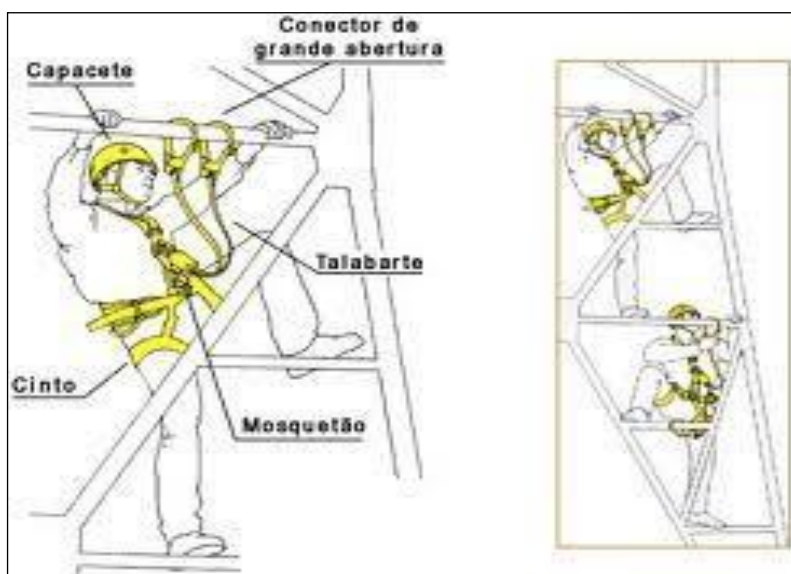
Os andaimes e as pessoas que nele subirem não podem ficar a uma distância inferior a 2 (dois) metros de uma linha elétrica de alta ou baixa tensão energizada, (isolada ou não).

É proibido a utilização de escadas e outros meios para se atingir lugares mais altos, sobre o piso de trabalho de andaimes.

O acesso aos andaimes deve ser realizado de maneira segura (escadas, cinto de segurança com trava quedas etc.);

Nenhum trabalho em andaimes poderá ser iniciado sem análise de risco, procedimento/permissão de trabalhos divulgados para os envolvidos, pelo Técnico de Segurança, com registro.

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 36 /49



**NOTA:** Maiores informações disponíveis na NR18.


### Uso do Cinto de Segurança

Somente é permitido para trabalhos em altura o cinto de segurança tipo paraquedista, devendo sempre ser utilizado em atividade a mais de 2,0 m (dois metros) de altura do piso, nas quais haja risco de queda do trabalhador.

Quando houver necessidade, por característica da atividade, o cinto de segurança deve ser dotado de dispositivo trava quedas e estar ligado ao cabo de segurança, independente da estrutura do andaime.

Os cintos de segurança devem possuir argolas e mosquetões de aço forjado, ilhoses de material não ferroso e fivela de aço forjado, ou material de resistência e durabilidade equivalente e ter certificado de aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego.

Na entrega do cinto de segurança, o Técnico de Segurança do SESC MG, responsável designado, deve inspecionar o cinto de segurança verificando se suas partes estão em perfeito estado de conservação e somente após a

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 37 /49


inspeção, repassá-lo ao empregado, ficando a cargo do usuário manter a inspeção periódica do mesmo, antes e depois do uso, (via check list).

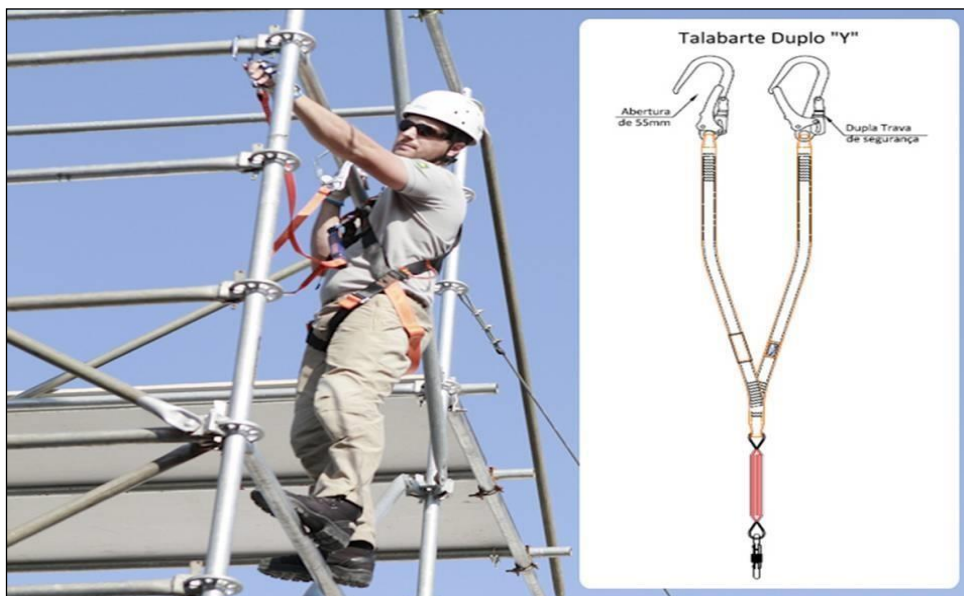
Quando o cinto de segurança apresentar qualquer defeito e/ou desgaste, constatado pela segurança do trabalho da empresa contratada ou pelo empregado ou usuário, deve ser substituído imediatamente, com recolhimento do equipamento reprovado na inspeção.

Os cintos de segurança tipo paraquedista deve possuir 2 (dois) talabartes em caso demontagem, para subir/descer/transitar sempre que houver necessidade de se trabalharem estruturas, devendo um dos talabartes estar sempre fixo em local seguro.



Os cintos de segurança deverão estar sempre amarrados acima da linha da cintura do usuário.

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 38 /49




### Uso de Gaiolas (Balancim)

Para os andaimes suspensos mecânicos (balancins), a montagem deve ser precedida de projeto realizado por profissional legalmente habilitado, que observará os pontos de fixação, estrutura de suporte e outros detalhes. O mesmo vale para a sustentação da cadeirinha suspensa.



Para trabalhos com gaiolas, os cabos de sustentação devem ter suas extremidades fixadas a estrutura definitiva da edificação por meio de suporte,

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 39 /49

ou outro material de resistência e durabilidade equivalente.

Nos locais onde se desenvolvem trabalhos com gaiolas, devem existir sinalização e isolamento, de forma a evitar que os trabalhadores no piso inferior sejam atingidos por eventual queda de materiais e equipamentos.

Nenhum objeto e/ou material deverão ser atirado da gaiola e sim descido através de corda ou similar.


É proibido o trabalho em gaiolas com chuva ou vento, bem como concentrar cargas dentro da mesma.

Nenhum trabalho em gaiolas pode ser iniciado sem análise de risco, procedimento, permissão de trabalhos divulgados para os envolvidos pelo Técnico de Segurança da empresa contratada, com registros.

As gaiolas deverão ser construídas com proteção contra quedas, sistema de guarda-corpo e rodapé e atender os seguintes requisitos:

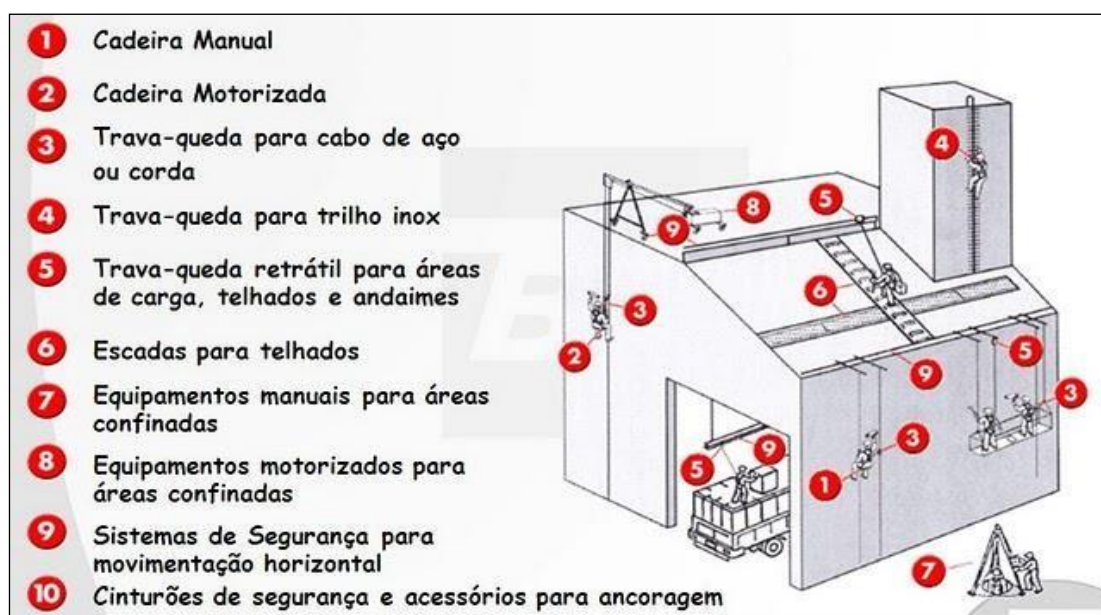
- Ser construída com altura de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) para travessão superior e 0,70 m (setenta centímetros) para o travessão intermediário;
- Ter comprimento mínimo de 1,0 m (um metro) e de no máximo 4,0 m (quatro metros);
- Ter rodapé com altura de 0,20 m (vinte centímetros).
- As gaiolas devem ter sistema dotado com dispositivo de subida/descida, com dupla trava de segurança;
- O empregado deve utilizar o cinto de segurança tipo paraquedista, com talabarr duplo ligado ao cabo guia independente e ou dispositivo trava-queda.



	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 40 /49

Os tipos de fixação da gaiola e cinto de segurança são os seguintes:

- As gaiolas devem estar fixadas a dispositivos elétricos tais como, talha tipo elétrica e ou corrente, trefor, catraca;
- Os cintos devem estar fixados em estruturas da edificação e ou cabos guias com dispositivos trava quedas, independentes à estrutura da gaiola;
- Quando se tratar de gaiola suspensa por guindaste, o cinto deve estar preso em cabo guia, fixado no moitão do guindaste, independente da estrutura da gaiola.




### Uso de Escadas, Rampas e Passarelas

A madeira a ser usada para construção de escadas, rampas e passarelas deve ser de boa qualidade, sem apresentar nós e rachaduras que comprometam sua resistência, estar seca, sendo proibido o uso de pintura que encubra imperfeições.

As escadas de uso coletivo, rampas e passarelas para circulação de pessoas e materiais devem ser de construção sólida e dotadas de corrimão e rodapé.



	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 41 /49

É obrigatória a instalação de rampa ou escada de uso coletivo para transposição de níveis como meio de circulação dos empregados.

As escadas de uso coletivo devem ser dimensionadas em função do fluxo de empregados, respeitando-se a largura mínima de 0,80 m (oitenta centímetros), devem ter pelo menos a cada 2,90m (dois metros e noventa centímetros) de altura um patamar intermediário.

Os patamares devem ter largura e comprimento, no mínimo iguais à largura da escada.

A escada de mão deve ter seu uso restrito para acessos provisórios e serviços de pequeno porte.


As escadas de mão podem ter 7,0 m (sete metros) de extensão e o espaçamento entre os degraus deve ser uniforme, variando entre 0,25m (vinte e cinco centímetros) a 0,30m (trinta centímetros).

É proibido colocar escada de mão:


- Nas proximidades de portas ou áreas de circulação;
- Onde houver risco de queda;
- Nas proximidades de abertura e vãos.

**A escada de mão deve:**

- Ultrapassar em 1,0 m (um metro) o piso superior;
- Ser fixada nos pisos inferior e superior ou ser dotada de dispositivo que impeça o seu escorregamento;
- Ser dotada de degraus antiderrapantes;

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 42 /49

- d) Ser apoiada em piso resistente;
- e) É proibido o uso de escada de mão junto a redes e equipamento elétrico desprotegido;
- f) A escada de abrir deve ser rígida, estável e provida de dispositivos que a mantenham com abertura constante, devendo ter comprimento máximo de 6,0 m (seis metros), quando fechada;
- g) A escada extensível deve ser dotada de dispositivo limitador de curso, colocado no quarto vão a contar da catraca. Caso não haja limitador de curso, quando estendido, deve permitir uma sobreposição de no mínimo 1,0 m (um metro);
- h) As rampas deverão ser fixadas no piso inferior, não ultrapassando 30° (trinta graus) de inclinação em relação ao piso;
- i) Nas rampas com inclinação superior a 18° (dezoito graus), deverão ser fixadas peças transversais, espaçadas em 0,40 m (40 centímetros), no máximo para apoio dos pés;
- j) As rampas usadas para trânsito de caminhões deverão ter largura mínima de 4,0 m (quatro metros) e ser fixada em suas extremidades;
- k) Não poderão existir ressalto entre o piso da passarela e o piso do terreno;
- l) Os apoios das extremidades das passarelas deverão ser dimensionados em função do comprimento total das mesmas e das cargas que estarão submetidas.

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 43 /49

## **25. Instalações Elétricas e Equipamentos Elétricos**

Instalações elétricas temporárias deverão ser vistoriadas previamente e aprovadas pela Gerência de Manutenção do Sesc em Minas.

Todo equipamento elétrico que não estiver sendo utilizado deve ser desligado.

Máquinas e equipamentos em geral deverão ser ligados por intermédio de conjunto plug – tomada.

Fios elétricos não deverão conter emendas e cada extensão da seção ser um segmento único.

As ligações e interrupções de energia deverão ser feitas assegurando-se de que não haverá riscos de acidentes com pessoas desavisadas, devendo ser utilizados cartões de bloqueio e/ou sinalização adequada.


Além destas recomendações, a NR18, item 18.12; NR10 e NBR 5410 deverão ser atendidas.

## **26. Proteção Contra Risco de Incêndio**

Equipamentos que apresentam riscos de explosão ou incêndio, como cilindros de acetileno, oxigênio, hidrogênio, etc., devem ser identificados de maneira clara quanto ao conteúdo.

Serviços de solda, maçarico e demais serviços que impliquem em elevação de temperatura, devem ser feitos somente após a aprovação do SESMT do Sesc em Minas, através da Permissão para Trabalho – PT.

Os serviços de solda e cortes devem ser executados por soldadores habilitados, com conhecimento das recomendações de segurança. Mangueiras

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 44 /49

de oxigênio e acetileno devem estar de acordo com as especificações técnicas e nas cores:

- Oxigênio: verde
- Acetileno: vermelha

As mangueiras devem ter um dispositivo de impedimento do retrocesso de chama, instalado o mais próximo possível do maçarico.

Os cilindros em uso devem ser mantidos em posição vertical e presos de modo que não possam cair.


O conteúdo dos cilindros não deve ser usado sem o regulador de pressão, ou com o regulador de pressão e o manômetro em más condições ou para outro fim que não seja solda e corte a maçarico.

## **27. Manutenção da Ordem, Arrumação e Limpeza**

Os trabalhadores temporários devem manter suas instalações administrativas e operacionais, em bom estado de organização, ordenação, conservação, higiene, limpeza e segurança.

A contratada deve:

- Ter um plano de rotina diário de limpeza;
- Empilhar materiais de modo a manter espaços seguros e prevenir quedas;
- Remover materiais soltos suspensos;
- Remover imediatamente ou rebater pregos salientes das madeiras;
- Não permitir a acumulação de refugos;

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 45 /49


- Dispor de número suficiente de coletores de resíduos, posiciona-los nas áreas de trabalho das Contratadas para a coleta de resíduos e serem esvaziados de maneira regular;
- Manter a passagem desobstruída para tráfego de pedestres e de veículos;
- Definir com o responsável da área, local apropriado para estocagem de materiais;
- Manter as áreas de trabalho livres de combustíveis, lixos e resíduos;
- Fixar todos os materiais soltos nos telhados de maneira que não sejam arrastados pelo vento;
- Manter mangueiras, cabos e cordas de maneira que as mesmas não se tornem riscos potenciais;
- Não estocar materiais ou estacionar equipamentos sob ou próximo de linhas ou equipamentos de alta tensão ou em Faixas de Servidão.

## **28. Notificação e Interdição de Atividades e Obras**

A contratada deve apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, junto ao CREA, relativamente à responsabilidade pelos serviços contratados, incluindo a Coordenação de Segurança e Saúde Ocupacional quando necessário.

O Sesc em Minas reserva-se o direito de suspender a qualquer momento, qualquer serviço quando evidenciado risco que ameace a segurança ou a saúde das pessoas, do meio ambiente e a integridade das instalações;

As suspensões dos serviços pelo **Sesc em Minas**, motivadas por atos e condições inseguras e, conseqüentemente, não observância às leis, normas, instruções, regulamentos aplicáveis e procedimentos da companhia, não exime a contratada das obrigações e penalidades conforme contrato.

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 46 /49

## **29. Levantamentos Ambientais e Laudo de Insalubridade e Periculosidade**

A Contratada deve realizar seus próprios levantamentos ambientais qualitativos/quantitativos e definir a caracterização ou não de ambientes insalubres e perigosos, para fins de pagamentos de adicionais e apresentar ao SESC MG os resultados finais coletados em campo.

Os levantamentos serão submetidos à apreciação da área de Saúde e Segurança do Sesc em Minas.

A Contratada que não entregar os laudos dentro do limite estabelecido no cronograma, estará sujeita à glosa em sua medição, até a regularização.

A Contratante adotará medidas de controle para neutralização / eliminação de insalubridade / periculosidade nas suas atividades e efetuará o pagamento dos adicionais aos empregados enquanto não tiver com todas as medidas implantadas de acordo com a prestação de serviços do trabalhadores temporários.


## **30. Comunicação Visual e Sinalização de Segurança**

A sinalização de segurança deve seguir os padrões legais, referentes às NRs 18, 22 e 26 da Portaria 3214 do MTE e Normas da ABNT vigentes.

A sinalização e isolamento dos perigos e riscos durante os serviços ou obra, são de responsabilidade da Contratante responsável pela execução do serviço.

A sinalização de segurança deve atender os seguintes aspectos:

- Pictogramas para o uso de EPI;
- Indicação dos locais permitidos para fumar;

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 47 /49


- Avisos de alerta sobre perigos e riscos;
- Classificação de vasos sob pressão;
- Rotulagem de produtos químicos;
- Indicação das saídas de emergência;
- Tensão nas tomadas;
- Carga máxima de equipamentos/estruturas;
- Circuitos elétricos em geral;
- Trânsito de veículos e equipamentos móveis;
- Velocidade e altura máximas;
- Demarcação de piso;
- Tanques e tubulações (Cores, fluxo e produto);
- Aspectos e Impactos de Meio Ambiente;
- Perigos e Riscos de Segurança.

Nos serviços em vias de circulação de veículos /equipamentos ou próximas a elas, é obrigatório o uso de colete refletivo e cone, independente do horário da atividade.

Deverão ser utilizados sistemas apropriados para sinalização como luz de advertência indicando obras ou serviços.

A Contratante deve garantir iluminação suficiente para a realização da obra ou serviço com segurança para todos os seus empregados e em toda frente de serviço.

A utilização de latas onde se efetua a queima de algum material combustível ou inflamável é terminantemente proibida e não será em nenhuma hipótese

	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 48 /49

considerada luz de advertência.

### **31. Acidente de Trabalho**

O fiscal do contrato deve passar para a contratada todas as orientações referente a incidentes e acidentes de trabalho

A empresa contratada deve dispor de um formulário com informações da forma de atendimento e/ou remoção imediata de seus empregados em caso de acidente, bem como informar, quem será o responsável da Contratada que o Sesc em Minas deve acionar.

O formulário deve constar no mínimo:


- Telefones de emergência (hospital, ambulância, identificação de convênio, etc.);
- Veículo no local para condução do acidentado aos hospitais e clínicas mais próximas aos locais de trabalho;
- Nome e Telefone de contato do seu (s) designado (s) responsável (véis) da Contratada para emergências que envolvam seus empregados.

### **32. Atendimento, Comunicação e Análise de acidentes**

Na eventualidade de um acidente do trabalho a empresa contratante deve relatar por escrito em até 24h do ocorrido ao fiscal do contrato, com cópia para área da Segurança e Saúde do Trabalho, comunicando a empresa contratada, de forma que os mesmo possuam tempo habil para emitir a CAT até o primeiro dia útil após o acidente, encaminhando cópia a área da Segurança e Saúde do Trabalho da Contratante.

As Ações Corretivas definidas nas investigações serão acompanhadas, constando um plano de ação (ação a ser executada, data resolução, responsável e situação atual) a qual será implementadas em conjunto com a



	<b>ANEXO</b>	
	<b>MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA TRABALHOS TEMPORARIOS</b>	Código / Versão AN-03-IT-C-RHU-25
		Folha: 49 /49

contratada e contratante.

O acidentado deve receber os 1º socorros de acordo com a Instrução de Trabalho de Acidentes e incidentes do Sesc em Minas.

Dependendo da lesão, se houver necessidade de remoção para serviços especializados, (conforme Plano de Emergência da empresa contratada) os custos serão cobertos pela Empresa contratante.

Essas ocorrências deverão ser registradas, analisadas e divulgadas aos seus empregados e as medidas corretivas e preventivas implementadas.

As empresas contratadas devêm fazer a investigação de todos os acidentes de trabalho, encaminhando cópia do relatório no prazo de 05 dias, a área de Segurança e Saúde do Trabalho;

**NOTA:** Nos casos de acidente de trabalho grave ou fatal, a investigação deve ser realizada em conjunto com a área de Segurança e Saúde no Trabalho e elaborado um Relatório de Análise e Investigação no prazo de até 05 dias.

Será de inteira responsabilidade da empresa contratada, o atendimento, transporte do acidentado, bem como o registro da CAT junto ao INSS.

### **33. Documentos de Referência**

As exigências relacionadas à Segurança, Higiene Ocupacional, Medicina do Trabalho e Meio Ambiente, fundamentam-se na Lei nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977 do Ministério do Trabalho e Emprego em suas Normas Regulamentadoras aprovadas pela Portaria no 3.214, de 8 de junho de 1978, e demais Requisitos Legais aplicáveis em todo o território nacional, Normas da ABNT aplicáveis e nas Diretrizes e Normas Internas do Sesc em Minas.